GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução nº 896/XIV/2ª

SALVAR O CONSERVATÓRIO NACIONAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Recomenda ao Governo que garanta condições dignas de ensino às Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional, que dê urgência às obras de requalificação do edifício suspensas há mais de um ano, e que informe regularmente a comunidade escolar

O Conservatório Nacional foi originalmente fundado em 1836 com o objetivo de criar uma escola nacional de referência para formação nas Artes em Lisboa, no lugar do antigo Convento dos Caetanos situado no Bairro Alto.

Ao longo de quase dois séculos, o Conservatório Nacional foi contribuindo decisivamente para a construção do ambiente cultural do Bairro Alto, fundindo património material com património imaterial no mesmo lugar urbano. Os valores de património material emanavam das qualidades arquitetónicas do edificado e os valores de património imaterial ganhavam forma na excelência do ensino e na produção de cultura artística.

Hoje, o conjunto edificado está classificado como bem cultural imóvel e destina-se à Escola Artística de Música do Conservatório Nacional (EMCN) e à Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional (EDCN). No entanto, o património material do Conservatório encontra-se em estado de degradação e o património imaterial foi delapidado nos últimos três anos letivos.

Em junho de 2018, o Primeiro-Ministro António Costa anunciou, numa visita ao Conservatório, o início iminente das necessárias obras de reabilitação. A EMCN passou para instalações temporárias na Escola Secundária Marquês de Pombal, na Ajuda. A EDCN, permanecendo em parte no edifício, foi dividida por quatro edifícios situados em locais distintos. Apesar do esforço assumido por toda a comunidade escolar para se ajustar a instalações temporárias pouco adequadas à exigência do ensino artístico, de junho de 2018 até hoje não houve avanços nas obras do Conservatório.

Este processo das obras de reabilitação do Conservatório a cargo da Parque Escolar, agora suspenso, é uma história longa e triste que pode prestar esclarecimentos sobre as dificuldades na execução de obras públicas em Portugal.

Depois de muita contestação liderada por pais e amigos do Conservatório, em setembro de 2016, a Parque Escolar lançou o 'Concurso Público Internacional para a prestação de serviços para a elaboração e coordenação do projeto de reabilitação do Conservatório Nacional de Lisboa', para uma área bruta estimada de 9300m2, com uma estimativa de valor de obra de 7.200.000, ou seja 775€ por m2 de construção para a reabilitação de um edifício histórico.

Para o projeto, a Parque Escolar propunha um preço base de 348.900€ e permitia um mínimo de 174.450. Este valor incluía não só a elaboração de projetos de 20 especialidades, como taxas, certificações, e as inspeções e ensaios para avaliação da estabilidade estrutural. Venceu uma empresa com um valor próximo do mínimo, mas o projeto acabou por ser adjudicado ao segundo classificado por 264.750,00, evitando, apesar de tudo, o pior. Apesar da flagrante subavaliação do valor de técnicos qualificados por parte de uma empresa pública, as equipas concluíram dentro do prazo e, em 2017, e foi lançado o concurso de construção.

No primeiro anúncio de concurso não apareceram propostas. No segundo, subiu-se o valor da obra e venceu a Tomás de Oliveira Empreiteiros com um valor de 10.579.999,92. Em janeiro de 2020, a empresa abandonou a obra e, hoje, teme-se que esteja tudo ainda na estaca zero.

Em agosto de 2020 , a Parque Escolar cessou o contrato com a Tomás de Oliveira S.A. e iria lançar novo concurso público, que previa estar concluído no fim de 2020.

A 24 de novembro de 2020[1] foi publicado um contrato de adjudicação para aquisição de serviços para a alteração das peças do projeto de execução para o lançamento de novo concurso para a

[1] PE_20074_ADP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA O LANÇAMENTO DE NOVO CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS ARTÍSTICAS DE MÚSICA E DANÇA DO CONSERVATÓRIO NACIONAL, EM LISBOA
http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=7309346

empreitada de conclusão das obras de reabilitação das escolas artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional, em Lisboa. Este contrato tem um prazo de execução de 181 dias , vigorando a partir de 10 de novembro.

Na melhor das expectativas, se não for invertida a lentidão na gestão administrativa e financeira deste processo, o lançamento de um novo concurso de obra apenas ocorrerá em abril de 2021, obrigando os alunos deslocados a permanecerem, pelo menos, mais dois a três anos letivos nas instalações temporárias .

Enquanto as questões burocráticas se arrastam, as escolas de Música e Dança têm funcionado noutros lugares, em condições precárias e com horários alargados. O que era provisório está a tornar-se cada vez mais definitivo e as exigências de segurança devido à pandemia estão a agravar a preocupação destes professores, pais e alunos.

O contexto de pandemia veio agravar a situação já precária do ensino nas instalações temporárias, particularmente aos alunos da Escola de Dança. Continuam espalhados por Lisboa, em quatro espaços físicos distintos, um dos quais obriga ao aluguer de um meio de transporte para permitir a deslocação de alunos e professores ao longo do dia. Para além dos constrangimentos logísticos, na utilização de materiais e equipamentos de dança, e do transtorno que isto causa a alunos, professores e auxiliares, duas das instalações também implicam o pagamento de renda por parte da Parque Escolar.

O Grupo Parlamentar do PSD questionou os Ministros da Educação e da Cultura, por diversas vezes, quer oralmente nas audições regimentais, quer por escrito sobre este assunto. «A Senhora Ministra da Cultura respondeu que "as questões extravasam o âmbito do Ministério da Cultura" e, em audição, acrescentou que não tinha possibilidades de encontrar outros lugares, no património do Ministério da Cultura, para melhorar as instalações temporárias da EDCN.

O Senhor Ministro da Educação, passados quase sete meses, não enviou ainda resposta às nossas perguntas. Apesar desta falta de diálogo, podemos adivinhar que os alunos deslocados serão forçados a permanecer, pelo menos, mais dois a três anos letivos em instalações temporárias sem condições dignas, além dos três anos que já passaram.

Não se entende a lentidão na gestão deste processo e a falta de vontade política para que a obra de reabilitação das escolas artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional seja concluída, empurrando para um futuro incerto o regresso dos alunos e professores ao edifício.

Estes atrasos nas obras do Conservatório não se devem à burocracia, nem às exigências de escrutínio do Tribunal de Contas. As obras do Conservatório não avançaram porque, no setor da construção, o barato sai muito caro. É importante retirar lições destas más experiências não só para evitar este passado de incapacidade como para dignificar minimamente o valor excecional que tanto as escolas artísticas como os profissionais portugueses de arquitetura, engenharia e construção têm, contribuindo quotidianamente para a nossa cultura, para o nosso saber fazer, e para o nosso orgulho nacional.

Neste contexto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

1. Dê andamento ao Concurso Internacional para a Empreitada de Reabilitação das Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional com carácter de urgência.
2. Garanta a adequada reprogramação financeira e consequente publicação, em tempo útil, da respetiva portaria de extensão de encargos do Ministro das Finanças e do Ministro da Educação considerando que os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato da futura empreitada terão lugar em anos económicos futuros.
3. Garanta condições dignas em instalações temporárias compatíveis com as exigências do ensino artístico às Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional, enquanto a obra de reabilitação estiver em curso;
4. Assegure o envolvimento regular de todos os membros da comunidade escolar na monitorização do projeto e da execução da futura empreitada de Reabilitação das Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional

Assembleia da República, 29 de janeiro de 2021

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD